

Resposta à Segunda Nota Crítica: Lains no País das Adivinhas

1. UM DEBATE TRUNCADO

Na sua primeira nota crítica — a publicada no número 3 desta revista — ao meu artigo: «Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro», Pedro Lains contrapunha-lhe uma tese que pode resumir-se a duas ideias centrais: a da reduzida importância do mercado brasileiro para a produção industrial portuguesa, em finais do Antigo Regime; e a do peso mínimo que acontecimentos políticos como a abertura dos portos do Brasil em 1808, o tratado anglo-português de comércio de 1810 e a independência do Brasil teriam tido na evolução dessa mesma produção industrial. A sua argumentação desenvolvia-se em torno tanto de pontos a que poderemos chamar técnicos (as supostas correcções suplementares a introduzir nas Balanças do Comércio Externo e a alegada incorrecção da minha análise da curva das exportações de artigos manufacturados) como de outros de ordem substancial (a existência de «forças tendenciais» à «dissolução» da «posição economicamente artificial» de que Portugal gozava no Brasil, nomeadamente o contrabando britânico; e o carácter longínquo e instável que o mercado brasileiro apresentaria para os fabricantes metropolitanos).

Nesta segunda nota crítica, Pedro Lains reafirma a sua tese inicial, mas procurando agora escorá-la em novas bases: da argumentação primitiva, refutada ponto por ponto na minha réplica, o novo texto ressuscita apenas algumas considerações sobre a curva das exportações industriais, abandonando tudo o resto. Fez bem Lains em mudar de terreno, reconhecendo implicitamente que o primeiro era insustentável. Só é pena que simultaneamente não tenha perdido a desagradável tendência (talvez involuntária) para truncar e deturpar as ideias que critica, o que impede uma discussão séria, remetendo-me a um elementar e desinteressante exercício de rectificação de erros e omissões.

Rectificação, em primeiro lugar, do próprio âmbito do tema central em debate. Com efeito, ao tentar apreender os efeitos da desagregação do império luso-brasileiro

na economia portuguesa, o artigo em causa considerava dois vectores essenciais: o do mercado do Brasil para a produção metropolitana (agrícola e industrial); e a de função de entreposto exercida por Portugal, tanto na reexportação para a América dos produtos europeus como na venda para a Europa dos géneros coloniais. No contexto do artigo, a perda desta última função não tem menor peso do que a crise da indústria portuguesa, como resulta das respectivas conclusões gerais, onde se dizia:

«No balanço final, não será exagerado classificar de dramáticos os efeitos da ruptura do sistema imperial para economia portuguesa. Antes de mais, com o colapso do comércio de produtos coloniais desaparece uma das principais fontes de acumulação de capital, afectando duramente a burguesia mercantil da praça de Lisboa, tanto portuguesa como estrangeira (não será por acaso que a feitoria inglesa aí estabelecida se extingue por esta altura, enquanto a do Porto, ligada ao comércio directo com a Grã-Bretanha, subsiste de facto, embora não de direito). Atingidas também são as finanças estatais, cuja primeira fonte de receita estava na tributação que incidia no tráfico marítimo e sabe-se como, ao longo da primeira metade do século XIX, o agravamento dos problemas financeiros vai condicionar a capacidade do Estado para promover alterações de fundo na sociedade portuguesa, na medida em que impunha ou propiciava soluções de emergência que as vinham bloquear (lembramos o que se passou com a legislação de Mouzinho, nos anos trinta)» (*Ler História*, n.º 7, p. 42).

Na sua primeira nota crítica, Pedro Lains abstrai totalmente deste aspecto do problema, limitando-se a questionar a evolução da indústria portuguesa. Nada haveria de ilegítimo nisso — desde que se tivesse a consciência de estar a tratar um ponto específico, não se procurando identificá-lo indevidamente com a totalidade das consequências da desarticulação do império. Mas é esse precisamente o passo que o meu contraditor dá neste seu novo texto, no qual todas as análises, todos os cálculos entram em conta somente com os artigos manufacturados, tomando muitas vezes este aspecto parcial pelo conjunto dos efeitos da separação do Brasil e omitindo inteiramente o outro vector em causa — e perda da função de entreposto. Percebe-se a razão por que o faz: já difícil quando limitada ao sector industrial, a defesa da sua tese torna-se impossível, quando se consideram os efeitos catastróficos, muito evidentes, da drástica redução dos tráficos coloniais. Mas é óbvio que essa omissão chega por si só para invalidar todas as análises e conclusões de Pedro Lains nesta segunda nota crítica.

Um segundo ponto a rectificar diz respeito a uma questão menos central, mas ainda importante — a da protoindustrialização no Minho. Trazê-lo aqui de novo tem ainda a vantagem de mostrar com clareza o tipo de processos utilizado por Pedro Lains para convencer o leitor desprevenido das graves falhas da argumentação que utilizei. Pretende este, com efeito, que eu demonstro a existência de um núcleo protoindustrial «primeiro a partir de referência da «generalidade dos textos

da época» [...] e, em seguida, a partir do facto de que as linhas representavam entre 20 % e 30 % das exportações de produtos manufacturados portugueses». E acrescenta depois, com o justo enfado das almas superiores a quem a medocridade impacienta: «O que será preciso fazer para mostrar que isto não é prova de nada? — O que interessa o facto, só por si, das exportações de linho serem 20 % (ou 40 % ou 70 % ou 90 %) das exportações de Portugal?; O que interessam as «opiniões» da época: é o papel do historiador reproduzi-las, ou tentar aferi-las? (nota 1 do texto de Lains).

A melhor resposta a tudo isto estará na reprodução íntegra das páginas que no artigo dedico a este ponto (*Ler História*, n.º 7 pp. 14-15):

A parte mais avultada destas exportações de «linifícios» nacionais é de longe a dos tecidos saídos pelo Porto — rendas, linhas e, sobretudo, panos, que conseguem ainda nesta altura resistir à concorrência dos importados e à pressão que sem dúvida os artigos de algodão começavam a exercer no mercado. Esses tecidos — bem como as ferragens e os chapéus também exportados pelo Porto, para além de outros menos importantes — eram o produto de uma indústria artesanal disseminada pela província de Entre-Douro-e-Minho e, em menor medida, pela Beira Litoral, como indicam os prólogos das próprias Balanças e várias monografias da época. Cite-se, a título de exemplo uma das referências mais expressivas, a de Rebelo da Costa, na sua «Descrição Topográfica e História da Cidade do Porto», datada de 1788, onde se dá relevo ao fabrico, na zona do Minho e Douro, das «tão preciosas teias de pano [de linho] o mais fino e durável» e aos lucros que se obtinham com o seu comércio (p. 12), para depois o integrar no contexto mais vasto da «multidão» das «fábricas» da região que ocupariam «milhares de homens e mulheres na construção das melhores sedas, fitas e ligas, das quais se contam multiplicados teares», de que traça um quadro muito sugestivo: «a cidade de Braga pode dizer-se sem hipérbole que é quase toda uma fábrica de chapéus, ferragens, caixas, tinteiros, copos e outras obras, que se fazem das pontas de gado vacum. A vila de Guimarães está cheia de cutileiros e tecelões (...). As próprias aldeias e lugares ocupam-se de todo o género de artefactos, chegando a indústria dos minhotos a tecer baetas da mesma qualidade que as de Inglaterra e França e panos tão finos como os de Holanda» (pp. 14-15).

Uma parte desta produção artesanal, tanto rural como urbana, tinha saída para outras regiões da metrópole e sobretudo para o Brasil, como Rebelo da Costa assinala e as Balanças do Comércio Externo confirmam. No caso específico dos tecidos de linho, a ligação ao sistema mercantil faz-se, não apenas a juzante, com a inserção no comércio colonial, mas também a montante, pela importação de matéria-prima da zona do Báltico, no valor de mais de um milhar de contos anuais. A este linho «do mar» se acrescentava o «da terra», sendo ao que parece o primeiro utilizado para urdir e o segundo para tecer. Os mercadores, que importavam o linho pelo Porto e também, embora em muito menor

quantidade, pela Figueira da Foz, entregavam-no a crédito aos produtores, recuperando depois o valor respectivo ao recolherem o tecido, que comercializavam para o resto da metrópole e para o Brasil.

O desenvolvimento da indústria rural do linho, em ligação com o mercado colonial do século XVIII, não era um fenómeno especificamente português: nas palavras de P. Kriedte, «a manufatura europeia do linho converteu-se, no transcurso da protoindustrialização, num componente integral do sistema económico atlântico»; provenientes da Bretanha, da Flandres e de várias zonas da Alemanha, os tecidos de linho afluíam aos portos ibéricos de onde eram remetidos para o ultramar. Através do porto de Lisboa, Portugal estava inserido nestes circuitos, tendo Hamburgo como principal fornecedor; por outro lado, através do Porto, escoava-se uma produção própria, que se desenvolvera também no século XVIII.

Como noutras regiões da Europa, o textil do linho foi um dos eixos principais de um intenso processo de protoindustrialização, verificado sem qualquer dúvida em setecentos na zona de Entre-Douro-e-Minho, como base na produção doméstica, destinada a mercados supra-regionais. Como vimos no passo citado de Rebelo da Costa, esse processo abrangia outros artigos, para além dos «linifícios», e tinha, ao lado da rural, uma face urbana em que avultava a indústria artesanal de Braga e Guimarães, e sobretudo a do próprio Porto, importante e diversificada (textéis de lã, seda, linho e algodão; curtumes; arroios; ferragens; cutelaria; chapéus; botões; louça; pipas).

Referido longamente na generalidade dos textos da época que se ocupam especificamente da região, este núcleo protoindustrial é no entanto esquecido por um autor tão atento às realidades da indústria portuguesa como Acúrsio das Neves. Muito provavelmente, na raiz dessa desatenção está a preocupação muito marcada com as formas mais modernas de industrialização — os grandes estabelecimentos fabris, o maquinismo, a energia a vapor —, que levaria a menosprezar a indústria artesanal (nomeadamente a rural), mau grado o seu peso no sistema mercantil. Posteriormente, com a desindustrialização que, no decurso do século XIX, veio ferir o sector, desapareceu a própria memória da existência anterior do núcleo (guardando-se apenas a ideia de uma produção familiar dos linhos, no Minho, mas apenas para auto-consumo). Essa memória não foi sequer ressuscitada nas obras científicas mais recentes: nos seus *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* — obra ainda fundamental sobre o tema — Borges de Macedo dá-nos uma extensa descrição do aparelho oficial português durante o Antigo Regime, mas insiste particularmente no seu carácter pré-capitalista no âmbito local dos seus mercados, minimizando a sua ligação a circuitos mercantis supra-regionais e ao próprio comércio colonial. Neste contexto, o núcleo de protoindustrialização de Entre-o-Douro-e-Minho é praticamente ignorado.

No entanto, os números constantes das Balanças de Comércio confirmam amplamente as referências de ordem qualitativa de outras fontes sobre a impor-

tância da produção industrial do noroeste do país. Só por si, os tecidos de linho de fabricação local, remetidos para o mercado brasileiro na esmagadora maioria por intermédio do Porto, mas também por vezes por Viana e Figueira, representavam entre 20 % a 30 % da exportação total de artigos manufacturados portugueses, de 1796 a 1807, com as únicas excepções entre 1797 (18 %) e em 1801 (44 %). Em valor, essas remessas oscilaram entre os 430 contos de 1807 e os 1782 de 1801 (ficando sempre acima dos 900 contos entre 1798 e 1802). Por seu turno, as ferragens nacionais também exportadas pelo Porto atingiam geralmente, no mesmo período, entre 100 e 200 contos anuais; e haveria ainda a acrescentar outros artigos, incluídos nas Balanças na rubrica «vários géneros» dos «produtos das fábricas do reino» e de que sobressaíam os chapéus.»

Perante estas páginas é fácil de julgar se refiro a existência de um núcleo de protoindustrialização a partir da percentagem dos linhos exportados; e se me baseio nas «opiniões» dos dos autores da época ou nos *dados concretos* que é possível extrair dos seus textos (dados aliás mais extensamente mencionados na minha tese «Os Sentidos do Império», que Pedro Lains compulsou, uma vez que a cita na sua bibliografia). O processo de Lains é simples: limita-se a retirar do seu contexto duas ou três expressões, construindo com elas uma argumentação aberrante, que depois me atribui.

O terceiro ponto a merecer comentário tem a ver com a análise da curva das exportações de produtos manufacturados. Começamos pelas reservas que Lains faz ao significado da recta de tendência estimada para o período de 1796 a 1807 (no texto e na nota 8), sugerindo que ela deveria ser prolongada até 1831 ou pelo menos até 1813 e insinuando que, ao traçá-la para aqueles doze anos apenas, fui influenciado por uma «prévia impressão» quanto à importância do ano de 1808. Mas não se trata de uma «impressão» e muito menos «prévia»: o que acontece é que a análise concreta mostra que, a partir de finais de 1807, o comércio externo português, afectado pela invasão francesa, pelo bloqueio naval inglês (até meados de 1808), pela guerra peninsular e pela ruptura das relações mercantis com a maior parte do continente europeu (até 1814), deixa de funcionar em condições normais. Nessas circunstâncias, torna-se totalmente artificial falar de uma tendência económica que abranja os anos anteriores e posteriores a 1808: o que se passa é uma interrupção de actividades, acompanhada de uma mutação estrutural. É certo que podem opor-se várias reservas a uma recta de tendência traçada para um período tão curto — o que seria grave, se dela retirássemos qualquer conclusão de fundo. Mas o seu papel no contexto do artigo é meramente marginal: como é acentuei na resposta à primeira nota crítica (*Penélope*, n.º 3, p. 106), ela servia apenas para mostrar que 1802 era ainda um ano positivo, e não o «começo da catástrofe». Pedro Lains diz não perceber por que razão considero positivo o ano de 1802. Mas as razões já estão claramente expressas no artigo. Uma delas, formal, tem a ver com o facto de estar acima da linha de tendência; a outra, substancial e mais impor-

tante, resulta da análise feita produto a produto, num parágrafo que convém reproduzir aqui:

«As quebras que o índice elaborado por Borges de Macedo assinala nos montantes totais da exportação de produtos industriais portugueses, tanto de 1801 para 1802 como de 1802 para 1803, devem-se essencialmente, afinal, a um único produto, os tecidos de linho. Como a generalidade dos artigos manufacturados nacionais, os «linifícios» têm um forte aumento, nas remessas para o Brasil, em 1798-99 (1975 contos de média anual, para apenas 648 em 1796-97); mas, ao contrário dos tecidos de algodão, esse surto prolonga-se em 1800, com 1132 contos, e atinge o ponto culminante em 1801, com uma exportação absolutamente excepcional de 1869 contos (muito provavelmente, ligada à grave crise agrícola de 1800-01, atestada pela subida do preço dos cereais e pelo aumento da sua importação, e que teria levado o campesinato a procurar compensá-la, pelo aumento da produção da indústria artesanal). Neste contexto, a muito forte quebra na exportação de tecidos de linho, em 1802 (menos 866 contos), que provoca a do montante global dos artigos manufacturados portugueses, não é obviamente um sintoma de crise, antes representa um retorno a condições normais. Os valores de 1802 (cerca de 1000 contos) estão ainda ao nível dos muito bons anos de 1798 e 1800; mais baixos ainda, os números dos anos de 1803 a 1805 (média anual 782 contos) são muito superiores aos de 1796-97). (*Ler História*, n.º 7, p. 19)

A «incompreensão» de Pedro Lains, neste como noutros pontos a ele ligados, radica no facto de ele se obstinar em considerar somente a curva global das exportações, ignorando sistematicamente as análises desagregadas por produto. Daí que insista em dar relevo apenas aos pontos de inflexão dessa curva, como ele próprio confessa: «nestes meus comentários, estou apenas a tomar em consideração a leitura dos dados a nível agregado, enquanto que o autor extrai conclusões gerais [...] referidas à «maioria dos casos». É caso para perguntar se o todo é *menos* do que a soma das partes». O que Pedro Lains parece não entender, sendo no entanto óbvio, é que a análise desagregada, produto a produto, é mais rica de informações do que a simples consideração da curva global, permitindo dar um sentido mais preciso à sua evolução. Este ponto foi já acentuado na minha primeira réplica onde se dizia: «Aquilo que para Pedro Lains é um ponto de chegada representa no artigo o ponto de partida. Com efeito, a nota crítica limita-se a determinar os anos de «inflexão», não se preocupando minimamente em explicar a evolução constatada [...]. Por seu lado, o artigo em questão propunha-se investigar o sentido e os motivos das mutações assim detectadas» (*Penélope*, n.º 3, p. 105). A melhor ilustração da importância da análise desagregada está no parágrafo acima transcrito sobre a evolução da exportação de produtos industriais portugueses nos anos do início do século XIX: se tomarmos em conta apenas a curva global, somos levados a crer que essa exportação entra em crise continuada a partir de 1802; feito o estudo sector a sector, verificamos que só os linhos quebram, passando do pico

anormal, puramente fortuito, de 1801, para números ainda altos, semelhantes aos dos anos anteriores. Considerações do mesmo tipo poderiam fazer-se (e são feitas no artigo) para outros períodos e para outras inflexões. Não há pois qualquer contradição — como alega Lains — entre as análises que faço a nível agregado e desagregado: o que há é uma interpretação mais informada e por isso mais precisa da evolução da curva global, a partir do estudo sector por sector.

Para além dos pontos centrais já comentados, poderíamos mencionar muitos outros, embora de ordem marginal: todo o texto de Pedro Lains está polvilhado de referências inexactas ao meu artigo ou à minha primeira réplica. Mas seria fastidioso continuar esta desmontagem. Confio no juízo crítico do leitor, prevenido como fica de que deve tomar todas as precauções em relação às interpretações tendenciosas que Lains faz das páginas que critica, sendo sempre necessária a consulta dos originais.

2. AS «ADIVINHAS» DE PEDRO LAINS

A última parte da nota crítica de Pedro Lains apresenta alguns cálculos tendentes a provar o escasso peso económico da desagregação do império luso-brasileiro. Antes de as apreciarmos, importa fazer algumas observações de carácter geral.

Começemos pelo cariz que Lains dá a este debate, visto por seu lado como um mero momento de uma luta secular entre defensores do livre-câmbio e do protecçãoismo. É o que resulta do confronto que estabelece entre Oliveira Marreca e Acúrsio das Neves, ao escrever: «seria interessante lugar a posição destes dois autores às suas opções políticas face ao protecçãoismo (A. das Neves) ou ao livre-cambismo (O. Marreca). Talvez o mesmo se possa aplicar às posições dos autores do presente debate» (nota 2 ao texto de Lains)¹. Engana-se o meu contraditor: nada me é mais estranho do que esta perspectiva simplista que reduz a história económica a uma luta entre liberais e proteccionistas, «cow-boys» e índios de uma nova e estranha espécie. Deixo a Lains os prazeres da defesa dogmática de posições definidas aprioristicamente e da investida fácil contra tudo o que pareça ofender os sacrossantos princípios da ideologia neo-liberal. Por meu lado, considero que, como investigador, não me cabe tomar partido nem indicar a suposta linha correcta para a promoção do desenvolvimento económico em tal ou tal época passada: limito-me a tentar analisar os efeitos das políticas efectivamente seguidas. Aliás, no caso concreto do período que discutimos, a questão central está longe de resumir-se à alternativa entre protecção e livre-câmbio, que não é senão um dos aspectos do vasto processo de desagregação das estruturas imperiais de Antigo Regime, com todas as suas sequelas.

Maior atenção merece a outra linha separadora introduzida por Pedro Lains: aquela que diferenciaria os investigadores que como ele procedem por «deduções de carácter abstracto» e a historiografia «tradicional» (em que generosamente me inclui). Aqui há de facto uma distinção a fazer — mas não exactamente nesses termos. O que aflora na tréplica de Lains é o confronto entre o paradigma abs-

tracto, matemático e estatístico, de raiz positivista que procura aproximar a história ao conjunto das ciências da natureza, estabelecendo relações e generalizações quantificadas, e o paradigma que vê no conhecimento histórico em saber indiciário e conjectural, ligado ao concreto, que estuda os casos e as situações individuais na sua especificidade, tendo a quantificação como simples método auxiliar.

Com a sua negação radical da importância do nível político, a sua fé cega na quantificação, a sua recusa da análise qualitativa e da informação não-serial (que reduz à função de dar «côr» [sic!] ao texto histórico), a perspectiva de Pedro Lains é o exemplo quase caricatural de submissão ao primeiro desses modelos. Por meu lado, sinto-me próximo do segundo, tal como se encontra definido num célebre artigo publicado há cerca de dez anos por Carlo Ginzburg². Não me proponho convencer Lains da pertinência da minha opção epistemológica; mas convém esclarecer um ponto: o que respeita ao carácter científico e à «modernidade» de que o meu crítico implicitamente se reclama, tentando remeter-se para o sector da historiografia «tradicional» e impressionista. Na realidade, Lains compartilha ainda da ilusão ingénua — dominante até à década de setenta — de que a quantificação e a serialização permitiriam dar à história um estatuto científico «forte», semelhante ao das ciências físicas. Hoje, essa ilusão tende a desvanecer-se, atingida pela crise do paradigma positivista — alargando-se o número das que reconhecem que o tipo de rigor assim procurado não se adequa a um ramo do saber para o qual as diferenças individuais, a especificidade dos fenómenos não são indiferentes. A esta consideração de fundo acresce uma outra, de carácter técnico: as dificuldades da quantificação, confrontada, por pouco que se recue no tempo, com a pouca fiabilidade ou mesmo a ausência completa de dados, e obrigada por isso a manipulações e a extrapolações (de época em época e de sector para sector da economia) que comprometem de facto todas as pretensões iniciais de rigor. A estas operações chama Pedro Lains «adivinhas controladas» — uma fórmula feliz que contribui para colocar a «cliometria», quando assim praticada, no seu verdadeiro lugar: algures entre o «tarot» e a astrologia.

Entendamo-nos: não se trata de negar a importância da quantificação, quando possível, como método auxiliar da investigação; mas sim de lhe recusar qualquer papel privilegiado na interpretação da realidade histórica, de um passado de que nos interessam, não apenas os factos reiterativos, as regularidades mensuráveis, mas igualmente as diferenças, o que em cada caso, em cada situação há de irrepetível. Um passado que nos é acessível apenas por indícios, por frágeis vestígios: daí o relevo da análise qualitativa, do estudo de cada documento no que tem de único, da descoberta do pormenor sintomático.

Aplicando esta concepção ao nosso tema central — a evolução da economia portuguesa no primeiro quartel do século XIX —, não há qualquer razão para desvalorizar à partida os testemunhos dos autores da época, sobretudo dos que se mostram profundos conhecedores da sociedade e das instituições do país. Tais testemunhos de nada valem para Pedro Lains, que os reduz a meras «impressões», argumentando que eles são sempre contraditórios entre si. Como de costume, o meu crítico confunde aqui vários planos: uma coisa são as opiniões, as ideias gerais

de um autor, outra, muito diferente, os dados de facto, as informações concretas que ele nos fornece. A distinção pode ser ilustrada pelos próprios exemplos referidos por Lains — os de Acúrsio das Neves e Oliveira Marreca. Com efeito, Acúrsio, alto funcionário de finais do Antigo Regime, tem um conhecimento directo da conjuntura de início de Oitocentos e é dele que nos dá testemunho; por seu lado, Marreca — que, nascido em 1805, gatinhava ainda por alturas da abertura dos portos do Brasil — não passa, para feitos deste debate, de alguém que teoriza sobre um passado que não viveu. Ambos têm interesse, mas a níveis diversos.

Quanto à ideia de que uma eventual contradição entre os testemunhos as anula mutuamente, ela mostra apenas que Pedro Lains ignora um exercício salutar chamado análise crítica das fontes, que permite ajuizar da sua pertinência e do seu significado e até do sentido das contradições que encerrem entre si. Em qualquer caso, desafio-o a referir um único autor português minimamente relevante, do primeiro quartel do século XIX, que veja na desagregação do império um facto de pouco peso para a economia nacional.

Poderíamos ficar por aqui, afirmando a insanável divergência das nossas perspectivas metodológicas — e deixando Pedro Lains divertir-se sozinho no país das adivinhas. Mas, para não deixar espaço a qualquer dúvida, vamos segui-lo no seu próprio terreno, comentando uma a uma as estimativas a que procede, tendentes a provar a existência da boas razões para se duvidar da importância *determinante* do Brasil para a produção industrial portuguesa nas primeiras décadas do século XX».

Pela primeira dessas estimativas, Lains computa a quebra anual das exportações de produtos industriais portugueses para o Brasil (média de 1806/1831) em 1600 contos, quantia que corresponderia a um máximo de 2,4 e um mínimo de 1 % do PNB de 1830, «valores que representariam, respectivamente, menos de dois anos de crescimento [...] ou um agravar de depressão de menos de um ano [...]». Passemos por cima das reservas que nos inspiram os pressupostos destes cálculos (em particular, os números de PNB que, já discutíveis para 1850, atingem as raiais do arbitrário quando extrapolados desta forma para 1830), para considerar apenas o cômputo da média da quebra anual, viciado em si mesmo. Com efeito, para a determinar, Pedro Lains agrega uma fase de exportações já em perda, mas ainda relativamente elevadas (1806/1818) à fase de depressão mais profunda (1819/1831). Esta forma de calcular só poderia admitir-se, uma vez que se tivesse por certo que a própria quebra cessa depois de 1831; mas é exactamente o contrário o que se verifica: todos os indícios disponíveis vão no sentido do acentuar da baixa, nas décadas de trinta e quarenta. Por isso, a perda da exportação de produtos industriais para o Brasil deve medir-se tomando por base, não o período de 1806 a 1831, mas os anos de 1819 em diante (como se sugeria já nas conclusões do artigo que deu origem a este debate). Os resultados seriam obviamente diferentes dos indicados por Pedro Lains, com uma baixa anual média muito mais acentuada. A tal quadro haveria ainda que acrescentar os efeitos indirectos da cessação da função de entreposto exercida pelos portos portugueses, nomeadamente a nível de investimento.

Por outro lado, é um falso rigor tentar medir as consequências de quebra deste sector na economia do país em termos de «anos de investimento». Os cálculos deste tipo sofrem em regra de duas limitações fundamentais; e não atendem aos aspectos qualitativos das mutações fundamentais; e não atendem aos aspectos qualitativos das mutações verificadas, ignorando o peso estratégico dos sectores atingidos; e abstraem dos efeitos induzidos por essas mutações em outros níveis da realidade (político, ideológico), com reflexos ulteriores nas próprias variáveis em estudo — reflexos não quantificáveis, mas nem por isso menos importantes.

A segunda das «adivinhas» de Pedro Lains (expressa na nota 13 do seu texto) joga ainda com a suposta perda anual de 1600 contos na exportação de produtos industriais para o Brasil, comparada agora com as despesas nos mesmos produtos efectuados por trabalhadores de enxada em Portugal. No termo dos cálculos, conclui-se deste modo: «os 1600 contos que deixaram de ser vendidos para o Brasil, correspondem assim ao valor estimado da procura de manufacturas de 450 000 trabalhadores rurais num ano [...]. Na hipótese irrealista em que o rendimento nacional total seria igual ao rendimento destes 450 mil rurais, *a perda do império brasileiro corresponderia, para a indústria portuguesa, à perda de um ano de procura agregada interna*» (o sublinhado é nosso). Curiosamente, nesta última frase, os 1600 contos que no texto eram uma simples média anual transformaram-se por um toque de mágica na *perda total* sofrida no mercado brasileiro. Na verdade, a única coisa que se poderia concluir destas estimativas seria a de que a quebra *anual* nas exportações de produtos industriais equivalia à perda de um ano de procura agregada interna. Se tivermos em conta que aquela quebra, a partir de começos da década de vinte, supera em muito os 1600 contos anuais, como já referimos; e que o cálculo dos gastos dos trabalhadores rurais em artigos manufacturados (10 % do seu salário) é notoriamente falso, por exagerado, já que a grande maioria desses trabalhadores só raramente consumiriam tal tipo de produtos, vestindo e calçando do que as suas famílias fabricavam e estando em grande parte fora da economia monetarizada — então o peso do mercado brasileiro e a importância da sua perda sairão, não diminuídos, mas reforçados. Não tivéssemos nós este tipo de «adivinhas» por pouco mais do que fantasias e seria caso para lhe agradecer o argumento.

Na mesma nota 13 (mas «descendo à terra», nas suas próprias palavras), Pedro Lains invoca ainda em seu apoio uma estatística datada de 1787, respeitante à comarca de Guimarães — estatística segundo a qual se exportariam 503 contos de fazendas de linho «para dentro de Portugal» e 41,4 contos «para fora de Portugal». Isto inspira-lhe o seguinte comentário: «neste caso as vendas ao estrangeiro, presumivelmente ao Brasil, representariam 7,6 % das vendas para fora da comarca. Convida-se à comparação daqueles 500 contos para os 1600 contos «perdidos» com o Brasil». A qualificação do Brasil como território estrangeiro, em 1787, é um erro tão crasso, uma tão grande inépcia que teremos de a imputar a simples lapso, a uma expressão menos feliz. O ponto mais grave está na total falta de espírito de análise das fontes que mais uma vez o meu contraditor demonstra. Perante a estatística citada, a questão fundamental consistia em saber se «dentro» e «fora» de Portugal correspondia a «dentro» e «fora» do reino (ou, noutra terminologia, da

metrópole) ou a «dentro» e «fora» do Estado português (incluindo o império) — questão totalmente ignorada por Lains. Em favor da última hipótese pode alegar-se que, numa época em que havia uma profunda consciência da unidade imperial, o Brasil aparece sempre separado das nações estrangeiras, para efeitos estatísticos. Mas o argumento decisivo é outro — está na própria estatística em causa. Com efeito, nela se refere como importado em Guimarães de «dentro de Portugal» um produto obviamente remetido do Brasil — o açúcar. Os 500 contos de linhos exportados em 1787 dessa comarca não têm pois como destino apenas a metrópole, mas todo o território imperial. E há indícios seguros de que a esmagadora maioria seguiu de facto para o mercado brasileiro: pelas Balanças do Comércio Externo, sabemos que em 1796-97 as quantias de linhos saídos pelo Porto para a colónia americana atingem montantes dessa mesma ordem de grandeza (625,6 e 485,7 contos, respectivamente); enquanto outras fontes nos indicam que esses linhos provinham sobretudo da comarca em causa. Uma análise crítica elementar da fonte citada por Lains revela-nos mais uma vez o contrário do que ele pretendia dar como provado. De novo fica claro que, do ponto de vista mercantil, o Porto e de forma geral a zona de Entre-o-Douro-e-Minho estava na época mais perto do Rio de Janeiro do que do Alentejo ou mesmo das Beiras. Entre outras, há uma razão muito simples para isto: as restantes regiões da metrópole consumiam os linhos produzidos localmente.

Na última das suas «adivinhas», Pedro Lains procura «medir a importância relativa dos mercados brasileiros para as manufacturas portuguesas», comparando «as exportações anuais com outra fonte de procura agregada autónoma cujos valores são conhecidos: as despesas do Estado». Mas, como ele próprio reconhece, «esta comparação por si só não diz nada»; com efeito — acrescentaremos nós — não existe qualquer relação necessária entre as duas variáveis referidas: dois países com exportações de produtos industriais idênticos, tanto em termos absolutos como relativos, podem ter gastos estatais muito diferentes (sobretudo se um deles tem uma dívida pública elevada ou gastos militares importantes, por exemplo). Por isso, os índices estimados para Portugal e para a Grã-Bretanha são irrelevantes para medir o peso dos mercados externos nas suas economias. Logicamente, não faz sentido tirar qualquer conclusão da comparação de índices sem significado.

Mas eu imagino que a lógica é coisa que não tem curso no país das adivinhas — terreno onde prometemos seguir o meu contraditor. Vamos portanto pô-la de lado por um momento, para considerarmos apenas a ilação que Pedro Lains retira destes cálculos — a de que, em começos do século XIX, o Brasil não tinha para a indústria portuguesa maior importância relativa do que a dos mercados externos para a Grã-Bretanha, na segunda metade de Setecentos. Isto bastaria para pôr em dúvida o carácter «crucial» das remessas de artigos manufacturados para a colónia americana no desenvolvimento económico de Portugal, «dadas as conclusões a que as contas têm levado os historiadores económicos britânicos», minimizando o peso dos mercados externos para a revolução industrial inglesa. Mas tais «conclusões» estão longe de poderem tornar-se como um ponto adquirido: o debate sobre este ponto — sabe-o Lains muito bem — continua em aberto na historiografia, sendo fácil contrapor aos autores que cita vários outros, e não dos menores, para os quais

os mercados externos desempenharam um papel determinante na evolução da economia inglesa do século XVIII. Mesmo os que o contestam tendem a relativizar, e não a negar inteiramente, a junção da procura externa. Pessoalmente, julgo que os modelos explicativos de maior alcance são os que conjugam os efeitos da formação de um mercado interno denso e da existência de boas oportunidades no exterior (como já era o de Hobsbawn em *Industry and Empire*). Creio por isso que a linha de interpretação mais frutuosa, quanto a Portugal, será a que jogue com a importância do mercado brasileiro e a inexistência de mercado nacional para compreender o tipo de desenvolvimento verificado e a sua especial fragilidade. De qualquer modo, convirá salientar que nenhuma conclusão se poderá extrair, por dedução ou por analogia, a partir do exemplo da Grã-Bretanha ou mesmo do conjunto de países mais avançados da Europa Ocidental: não existindo leis em história, será sempre necessário estudar o caso que temos entre mãos na sua especificidade.

Isto conduz-nos ao último ponto a abordar nesta resposta — o da comparação da situação portuguesa com a da Catalunha, em começos de Oitocentos. Reagindo contra a assimilação das condições em que se fazia o comércio de Portugal com o Brasil às que existiam nas trocas entre a Grã-Bretanha e a América Latina, dizia-se na minha primeira réplica: «a raciocinar por analogia, teria sido de melhor aviso escolher como ponto de referência o exemplo da Catalunha, com condições mais aproximadas das portuguesas. Ora, como todos sabem, para a indústria têxtil catalã de fins do Antigo Regime era o mercado ultramarino o determinante e não o mercado interno espanhol» (*Penélope*, n.º 3, p. 109). Tem razão Pedro Lains, quando, em resposta, assinala que esta perspectiva foi nos últimos anos contestada por vários autores espanhóis, para os quais a relação entre o comércio colonial e a economia catalã, no século XVIII, é menor do que geralmente se afirmava. Poderíamos por nossa parte retorquir reconhecendo a imprecisão da frase — e fazendo notar o lugar marginal que ela ocupava no contexto da nossa argumentação, uma vez que, na sequência imediata do mesmo texto, se recusa a extrapolação do caso da Catalunha para o de Portugal («*Penélope*», n.º 3, loc. cit.).

Mas vamos deter-nos por um momento neste ponto, tentando uma breve perspectiva comparada dos processos de desenvolvimento económico das duas regiões, a partir dos autores de que se prevalece o próprio Pedro Lains. Tomemos uma das obras mais recentes: o livro de Prados de la Escosura: «De imperio a nación — Crecimiento y atraso en España (1780-1930)». Aí, é ainda com muita prudência que se escreve: «as provas quantitativas apresentadas [...] permitem, além do mais, sugerir que, para a economia espanhola, a perda das colónias teve, em termos globais, um impacto menos amplo e profundo do que os historiadores têm indicado» (pp. 93-94). No parágrafo anterior, precisam-se os «efeitos negativos» que a desarticulação do império provocou em Espanha, sobretudo a curto prazo: «o comércio externo de bens e serviços desceu de forma perceptível e os níveis de investimento ressentiram-se significativamente. A indústria nacional perdeu um mercado reservado. As dificuldades financeiras do Estado agravaram-se como consequência da queda das suas receitas e de um sistema tributário petrificado» (p. 93). Pouco antes (a p. 91), vem ainda a referência aos efeitos mais gravosos da queda das colónias

para sectores da indústria como o textil e a siderurgia, e em regiões como a Andaluzia ou a Catalunha (p. 91). Até aqui as conclusões de Prados de la Escosura seguem uma linha perfeitamente idêntica às do meu artigo de 1986.

Mas é verdade que tanto ele como vários outros autores espanhóis minimizam as repercussões da perda das colónias, quando consideradas a mais longo prazo: elas teriam sido compensadas, no caso da indústria catalã, por uma viragem para o mercado interno, sob protecção aduaneira; e, no que diz respeito à economia espanhola em geral, pelo aumento da procura de produtos primários, devido ao crescimento económico induzido pela difusão da revolução industrial na Europa — aumento que teria compensado a queda das exportações derivadas da perda do império. O êxito, pelo menos relativo, desta reconversão, seria atestado por três indicadores: taxas de crescimento do comércio externo idêntico às das economias europeias mais avançadas; especialização na exportação de mercadorias de origem agrícola ou mineral; e importação de bens de consumo ou de capital esteitamente ligados, ao processo de industrialização das economias do noroeste da Europa.

Para Portugal, faltam os estudos e são escassos os dados disponíveis quanto ao segundo quartel de Oitocentos. Mas, do que sabemos, resulta uma imagem em tudo oposta à assim traçada para a Espanha: em depressão profunda em finais da década de vinte, os valores do comércio externo mantêm-se baixos nos anos seguintes; ao contrário dos espanhóis (e precisamente porque sofrem a sua concorrência acrescida), os produtos primários portugueses encontram dificuldades (caso sobretudo do vinho do Porto); quanto à indústria, sem saídas externas, vê-se confrontada a um mercado interno reduzido e fragmentado. Neste contexto económico, a crise das finanças públicas não poderia deixar de arrastar-se.

Mais ligado ao império, mais isolado geograficamente depois da independência do Brasil, dotado de recursos naturais porventura menos abundantes, dominado politicamente pela Grã-Bretanha, Portugal tem as maiores dificuldades em recuperar da situação gravíssima em que caiu o colapso súbito dos tráficos coloniais — ao contrário do que, ao que parece, aconteceu com a Espanha. Aí estará, não a única, mas uma das explicações para a diferença de destinos que marca os dois países ibéricos, nos últimos duzentos anos.

Resta-nos terminar. Queixar-se-á porventura de novo Pedro Lains de que me furto a discutir o bem-juntado das conclusões a que cheguei. Mas a abertura ao diálogo — que é total da minha parte — não obriga evidentemente a aceitar como boas todas as críticas que me façam, por mais abstrusas que sejam. Mantém toda a persistência a «observação final» da minha réplica (*Penélope*, nº 3, p. 40) que aqui reproduzo para comodidade do leitor:

«A defesa que acabo de fazer do artigo não significa que tenha por irreguláveis todas as conclusões. Estou consciente de que, no domínio do comércio externo, como em todos os outros da história portuguesa dos séculos XIX e XX, muito há a investigar e a discutir. Mas centrar de novo a questão em meras deduções, mais ou menos lógicas, mais ou menos fantasiosas, a partir da simples curva global

das exportações de produtos manufacturados, ignorando todo o contexto histórico concreto, recusando considerar a história social e política, seria retroceder vários passos em relação ao estágio já atingido. O progresso virá do aprofundamento da análise, da recolha de novos dados, de uma melhor articulação de elementos fornecidos pela história económica, a história social, a história política».

NOTAS

¹ Em vão procurará o leitor esta última frase no local indicado; mas ela existe no texto que Lains me remeteu pessoalmente e que serviu de base à minha resposta. Acontece que, já depois de redigida esta última, vim a saber que o texto de Lains entregue à direcção da *Penélope* apresentava diferenças em relação ao que eu tinha em meu poder — diferenças que, embora pontuais, não são de modo nenhum irrelevantes. Mantive a versão original: não vejo razões para me dar ao trabalho de a modificar, quando Lains não teve sequer o cuidado de me prevenir da existência de alterações no seu texto.

² Artigo republicado recentemente em França no livro *Mythes, emblèmes, Traces* (Flammarion, Paris, 1989).